Recurso nº 586/2006

Recorrentes: A

B

S.T.D.M. (澳門旅遊娛樂股份有限公司)

Recorridas: As mesmas (同上)

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

A, viúva, natural de Hong Kong, de nacionalidade chinesa, residente em Hong Kong e **B**, sociedade comercial constituída no Panamá, com sede em Hong Kong, vêm intentar a Providência Cautelar de Suspensão de Liberações Sociais contra Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A. (STDM), pessoa colectiva registada e com sede em Macau, porquanto:

- A deliberação social tomada em 31/03/2006 na Assembleia Geral da STDM, em respeitante a ordem do trabalho n.º 2, aprovou o modelo de reestruturação do grupo de empresas participadas pela Sociedade, bem como a constituição duma subsidiária da STDM em Hong Kong para deter directamente as acções da Sociedade de Jogos de Macau, S.A. (SJM), a fim de esta nova subsidiária ser admitida na bolsa de valores de Hong Kong, aprovou ainda a atribuição de mandato ao

Conselho de Administração para a execução de quaisquer actos conexos com estas matérias.

- As Requerentes não são contra a listagem na bolsa de valores mas têm reservas do modelo de reestruturação da sociedade.
- O representante das Requerentes foi impedido pela Requerida a participação na Assembleia Geral em causa, violou assim os seus direitos sociais.
- Por deliberação em causa, vem criar uma sociedade em Hong Kong, para substituir inteiramente a sociedade intermédia (STDMI), que é totalmente detida pela STDM, deixando esta última de deter directamente as acções na SJM, violou o artigo 7.º do Estatuto em que prevê que a STDM ser sócio maioritário da SJM e as deliberações tomada em 28/11/2001 e 31/10/2001 pelo Conselho de Administração em que foi aprovado da criação de SJM e da fixação do actual modelo de participação da STDM na SJM.
- Os lucros da STDM provêm fundamentalmente da actividade desenvolvida pela SJM através da exploração dos diversos casinos que lhe são licenciados pelo Governo de Macau. A diminuição da percentagem da STDM no capital social da SJM irá trazer, inelutavelmente, uma redução dos dividendo anuais, reflexamente, as Requerentes irão receber menos dividendo, por conta das acções de que são titulares, assim, constitui um caso de abuso de direito, pelo que é nulo por viola a lei.
- O livro do registo das acções da STDM desapareceu-se e encontrando em decurso a Reforma Judicial, não estando

verificado a qualidade de sócios de algumas pessoas, a deliberação foi tomada por alguns pessoas que poderia não ser sócios, assim é inválida a deliberação.

- A deliberação violou os direitos das Requerentes que lhes provocou prejuízos enormes, a suspensão da sua execução não irá provocar prejuízos relevantes para a Requerida.
- Conclui, pedindo que o Tribunal decrete a suspensão da execução da deliberação social tomada em 31/03/2006, no respeitante às matérias concernentes ao número dois da ordem de trabalho.

Citado a Requerida, apresentou a oposição cujo teor consta das fls. 317 a 380 que se dá por integralmente reproduzido.

Procedeu-se à audiência final com as formalidades legais.

Com base dos depoimentos da parte e das testemunhas e da análise dos documentos juntos aos autos, O Tribunal *a quo* consignou por indiciariamente assentes os seguintes factos relevantes para a decisão da causa:

1. A ora Requerida é uma sociedade anónima, com o capital social de MOP\$85,250,000.00.(art. 1º do Requerimento inicial)
2. A Requerente A é sócia e accionista da requerida, conforme se comprova pela escritura pública de 31 de Dezembro de

1976: ser a requerente titular de 4.356 acções da STD M. (art. 2º do Requerimento inicial)

3. A mesma Requerente exerceu as funções de Administradora da STD M no período de 1995 a 1998 e de 31/03/1998 a 31/03/2001. (art. 3º do Requerimento inicial)
4. A Requerente **A** chegou a ser titular de 6.251 acções da STD M e, mais recentemente, em 23 de Abril de 2005, comprou a **C** 2 acções da STD M. (art. 5º do Requerimento inicial)
5. Em 19 de Maio de 2005, a **A** manifestou a intenção do doar uma das ditas acções à fundação de interesse social “**D**” e vender a outra à “**E**”. (art. 6º do Requerimento inicial)
6. Em 12 de Maio de 2005, **A** comprou 10 acções da STD M à sócia **F**. (art. 8º do Requerimento inicial)
7. Em 28 de Julho de 2005, **A** manifestou à STD M a intenção de vender 1 das 10 acções acima referidas à sociedade “**G**”. (art. 9º do Requerimento inicial)
8. Relativamente às 10 acções, encontra-se pendente uma acção de preferência proposta pela alegada sócia e accionista da STD M, a “**H**”, cujos termos correm pelo 3º Juízo Cível desse Distinto Tribunal sob o nº CV3-05-0067-CAO. (art. 10º do Requerimento inicial)
9. Em 15 de Março de 1983, **A** endossou, à segunda requerente, “**B**”, 5043 acções da STD M. (art. 11º do Requerimento inicial)

10. Na mesma data, a STDM lavrou nos mencionados títulos representativos das acções o averbamento de “pertence”, havendo-se obrigado com a assinatura de dois dos seus administradores: I, Presidente do Conselho de Administração, e C, então, e ainda, Administrador Delegado. (art. 12º do Requerimento inicial)
11. Realizou-se no dia 31 de março de 2006 a reunião ordinária da Assembleia Geral da STDM (art. 17º do Requerimento inicial)
12. A respectiva Ordem de Trabalhos (cfr. doc. 4) consistia em:
 - “(1) Discussão e deliberação sobre o balanço, a conta de ganhos e perdas, relatório do Conselho de Administração, aplicação de resultados e o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2005.
 - (2) Discussão e aprovação do modelo de reestruturação do grupo de empresas participadas pela Sociedade, bem como a constituição duma subsidiária da STDM em Hong Kong para deter directamente as acções da Sociedade de Jogos de Macau, S.A., a fim de esta nova subsidiária ser admitida na bolsa de valores de Hong Kong, tudo sem prejuízo das necessárias autorizações por parte do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, bem como discussão e aprovação de mandato a atribuir ao Conselho de Administração para a

execução de quaisquer actos conexos com estas matérias.” (art. 18º do Requerimento inicial)

13. Em 15 de Março de 1983, **A** endossou, à segunda requerente, “**B**”, 5043 acções da STD. (art. 11º do Requerimento inicial)
10. Na mesma data, a STD lavrou nos mencionados títulos representativos das acções o averbamento de “pertence”, havendo-se obrigado com a assinatura de dois dos seus administradores: **I**, Presidente do Conselho de Administração, e **C**, então, e ainda, Administrador Delegado. (art. 12º do Requerimento inicial)

Provado o que consta da Acta de fls. 40-45, aqui se dá reproduzida integralmente. (art.s 19º a 23º do Requerimento inicial)

14. Por carta de 22 de março de 2006, a “**B**”, representada por **A**, indicou o Sr. **J**, para a representar na referida reunião da Assembleia Geral. (art. 24º do Requerimento inicial)
15. Porém, o Presidente da Assembleia Geral enviou carta datada de 27 de Março de 2006, dirigida a Requerente **A** Ho, cujo teor consta de fls. 56 e que aqui se dá integralmente reproduzida. (art. 25º do Requerimento inicial)
16. Antes do início da reunião, o Sr. **J**, foi impedido de entrar na Sala onde a mesma decorreu, facto que consta da respectiva acta (cfr. doc. 4), cujos termos se transcrevem:

“O Senhor Presidente foi também informado pelo Secretário sobre o pedido de participação nesta assembleia do senhor J que comparecia com uma carta de representação emitida por uma sociedade denominada B. E assinada por A em nome da B. Tal participação foi recusada pelo Senhor Presidente, atendendo ao facto de que esta sociedade B. Não se encontrar registada como accionista e a sociedade se encontrar impedida, nos termos da sentença judicial proferida nos autos de providência cautelar número CPV-001-02-3 do Tribunal Judicial de Base da RAE de Macau, de proceder ao registo das acções a favor daquela sociedade, sendo que a subscritora da carta se encontra, pelo mesmo título impedida de transmitir, onerar ou dispor das suas acções, sendo que são essas aquelas em que a referida B pretende fundar o seu direito de participação e votação na assembleia (...)”. (art. 28º do Requerimento inicial)

17. Está em curso o respectivo processo de Reforma Judicial, cujos termos correm pelo 1º Juízo do Tribunal Judicial de Base com o n.º CV1-02-0008-CPE. (art. 34º do Requerimento inicial)
18. A SJM tem como principais accionistas a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau Investimentos, S.A., (STDMI) e o Dr. C, detendo respectivamente 80% e 10% do respectivo capital social. (art. 50º do Requerimento inicial)
19. A SJM foi criada tendo por base e fundamento a deliberação tomada pelo Conselho de Administração da

STDM, de 28 de Novembro de 2001 cujo teor consta de fls. 59 a 64, que se dá aqui integralmente reproduzido. (art. 51º do Requerimento inicial)

20. Conselho de Administração de STDM deliberam em 31 de Outubro de 2001, nos termos que consta da respectiva acta de fls. 65 a 71, cujo teor se dá aqui integralmente reproduzido. (art. 57º do Requerimento inicial)
21. Na Assembleia Geral da STDM deliberaram em 5 de Novembro de 2001, nos termos que consta de fls. 1050 a 1054, cujo teor se dá aqui integralmente reproduzido. (art.s 58º e 59º do Requerimento inicial)
22. A SJM, se apresentou ao concurso e obteve a concessão, atribuída pelo Governo da RAEM, para a exploração de jogos de fortuna ou azar. (art. 60º do Requerimento inicial)
23. Provado o que consta da resposta dada aos artigos 18º a 23º do Requerimento Inicial. (art. 61º do Requerimento inicial)
24. Como facilmente se compreende, os lucros da STDM provêm fundamentalmente da actividade desenvolvida pela SJM através da exploração dos diversos casinos que lhe são licenciados pelo Governo de Macau. (art. 76º do Requerimento inicial)
25. Por conta dos dividendos provenientes do exercício de 2004, a Requerente A recebeu \$66,325,109.50. (art. 83º do Requerimento inicial)

26. lucro da STDM nesse exercício foi de, pelo menos, \$2,957,236,274.76. (art. 84º do Requerimento inicial)
27. Pelo exercício de 2005, o lucro líquido da STDM é de MOP\$3,541,954,066.00. (art. 85º do Requerimento inicial)
28. A interrupção dos projectos e estudos que, com o auxílio de consultores externos têm vindo a ser elaborados desde momento anterior ao da reunião dos sócios de 31 de Março último, comportaria despesas. (artº 225º da Oposição)

A par destes elementos assentes, foram considerado como irrelevantes os constantes dos artigos 7º, 13º, 14º, 26º, 33º, 42º, 43º e 45º do Requerimento Inicial e os que constam dos outros artigos quer do Requerimento Inicial quer da Oposição ou não ficam provados, ou também são irrelevantes, ou são factos conclusivos ou tratam-se de matéria de direito.

A Mm^a Juiz-Presidente proferiu a sentença e julgou improcedente a providência requerida por não preencherem os requisitos da providência cuatelar.

Com esta decisão não se conformou, recorreram as requerentes **A** e **B**, que alegaram o seguinte:

- I. Conforme melhor se desenvolve nos n.ºs. 7 a 14 das presentes alegações, as ora recorrentes alegaram no requerimento inicial, que a Assembleia Geral (AG) da ora recorrida de 31 de Março de 2006, se havia realizado em

violação do disposto no artigo 15º dos seus estatutos, sendo, conseqüentemente, ilegal, mas o Distinto Tribunal a que não se pronunciou quanto a esta matéria.

- II. É também invocado no requerimento inicial, que ao não admitir a participação da segunda recorrente naquela AG, a recorrida violou o princípio da paridade de tratamento entre os sócios previsto no artigo 194º do Código Comercial, sendo, portanto, ilegal (cfr. nos. 15 a 23 das presentes alegações), mas tal questão vem igualmente omitida na douda decisão recorrida.
- III. Como tal, a sentença que constitui o objecto do presente recurso, padece do vício de nulidade previsto na 1ª parte da al. d) do nº 1 do artigo 571º do Código de Processo Civil (CPC).
- IV. A providência cautelar instaurada tem um objecto preciso e identificável: a ilegalidade da AG em causa e o modelo de reestruturação ali discutido, votado e aprovado, composto pelos Anexos A, B e C, bem como pelo Anexo I (fls. 112 e segs. dos autos), que integram a Acta daquela mesma AG.
- V. Conforme melhor exposto nos n.ºs. 29 a 46 das presentes alegações, ao assim não o entender, o Distinto Tribunal a quo incorre num claro erro de interpretação da prova documental, cuja correcção se impõe.
- VI. Do mesmo modo, o Distinto Tribunal de 1ª Instância não realizou uma apreciação crítica da prova legal (a qual

compreende a prova por acordo e a prova documental) pautada por critérios lógicos, ao entender que não ocorre o requisito do dano apreciável para as recorrentes, em consequência do deliberado na mesma AG.

- VII. Desde logo, analisando logicamente a prova legal, designadamente os documentos n.ºs. 8 e 9 juntos ao requerimento inicial e os supra referidos Anexos A, B, C e I da Acta da AG de 31.03.2006, conjugados com o depoimento de parte da recorrida, o modelo de reestruturação aprovado proporciona um locupletamento injustificado superior a 7 biliões, quatrocentas e oitenta milhões de patacas ao Administrador Delegado da recorrida e da SJM, bem como, em idêntico valor, aos accionistas particulares que, sem serem accionistas da STD, receberam acções da SJM pelo seu valor nominal, em condições *sui generis* que desaparecerão com a sua (do modelo aprovado) implantação.
- VIII. Como melhor se esclarece nos n.ºs. 50 a 69 das presentes alegações, este locupletamento sem causa traduz um exercício dos direitos dos visados em manifesta afrontação dos princípios da boa fé, enquadrável no artigo 326º do Código Civil.
- IX. E implica o correlativo empobrecimento injustificado dos accionistas da recorrida, sendo que, é possível estimar o prejuízo que sofrerão as recorrentes, enquanto detentoras de mais de 7% do capital social da STD, em cerca de um bilião e cinquenta milhões de dólares de Hong Kong.

- X. A STDM não pode deixar de ter uma posição dominante na SJM.
- XI. E o nº 2 do artigo 7º dos seus estatutos, invoca expressamente esta realidade para justificar o estabelecimento de limitações excepcionais à transmissão de acções representativas do seu (da recorrida) capital social.
- XII. Salvo o devido respeito, o Tribunal de 1ª Instância iludiu-se ao desvalorizar esta menção, apenas porque aquele preceito estatutário visa essencialmente assunto diverso.
- XIII. Na verdade, de acordo com a mais elementar técnica hermenêutica, não se podem ignorar os fundamentos de um normativo e atender apenas ao seu objectivo.
- XIV. Verifica-se, pois, por parte do Tribunal de 1ª Instância, um erro de interpretação de direito, por defeito, relativamente ao nº 2 do artigo 7º dos estatutos da recorrida.
- XV. Vão no mesmo sentido as deliberações constantes dos docs. 8 e 9 juntos com o requerimento inicial, às quais se devem os moldes em que foi estruturada a candidatura da STDM a uma das concessões de exploração de jogos de fortuna e azar em Macau, mais concretamente, através da criação da SJM, devendo permanecer esta última sob o controle absoluto da recorrida.

- XVI. No entanto, conforme resulta do doc. n° 4 (Acta n° 55) junto com o requerimento inicial e se explica nos n.ºs 70 a 76 das presentes alegações, com a reestruturação aprovada a STD M não possuirá qualquer participação (0%) no capital social da sociedade a criar em Hong Kong (adiante também designada por L) - vd. Anexos B e C da Acta n° 55, e o seu importante Anexo I, de fls. 112 e seguintes dos autos, especialmente o “Passo 5”.
- XVII. Também a este respeito dou ta sentença recorrida incorre em erro de julgamento, por defeituosa interpretação da prova documental, ao considerar que com a reestruturação aprovada a STD M em nenhum caso deixará de ter uma posição dominante na SJM.
- XVIII. Com tal interpretação o Distinto tribunal a quo afasta indevidamente mais uma causa de ilegalidade da AG em questão (violação de um preceito estatutário) e de justo receio das recorrentes em serem prejudicadas pelo deliberado (diminuição de dividendos).
- XIX. Acresce que: A primeira recorrente é titular de um elevado número de acções preferenciais ou privilegiadas do capital social da STD M, admitindo a requerida que esse número é, pelo menos, de 198 acções (vd. certidão judicial da Acção de Reforma do Livro junta como doc. 16 do requerimento apresentado em 24 de Abril de 2006).
- XX. Nos termos dos artigos 6º, 9º, 10º e 46º, n° 1, alíneas b) e c) dos estatutos da STD M, juntos aos autos, este tipo de

acções confere direitos especiais aos seus titulares, políticos (expressão em número de votos) e patrimoniais (dividendos).

XXI. Numa sociedade cotada na Bolsa de Hong Kong não pode existir este tipo de acções.

XXII. Motivo pelo qual, todas as acções da “L” estarão em pé de igualdade, de acordo com o Anexo I, “Passo 4”, de fls. 112 e seguintes dos autos (é o que significa a expressão “par value”), que constitui parte integrante da Acta da Assembleia Geral de 31/03/2006.

XXIII. Assim, face ao modelo de reestruturação proposto, tem a recorrente o justo receio de perder os direitos especiais inerentes às suas acções privilegiadas, com os inerentes prejuízos daí decorrentes.

XXIV. Em mais um erro de julgamento, a douta sentença recorrida também não se apercebeu daqueles factos, apesar de ter todos os documentos para o efeito na sua posse (a referida certidão judicial, os estatutos da recorrida e os anexos integrantes da mencionada Acta nº 55), e de haverem sido numerosas vezes debatidos durante a inquirição de testemunhas.

XXV. Provado está que a STDM não tem Livro de Registo de Acções, estando pendente a respectiva Acção de Reforma.

XXVI. Sendo este livro o único meio de prova da qualidade de sócio a que a lei concede força plena e uma vez que só mediante o averbamento da propriedade e transmissões

de propriedade de acções nesse mesmo livro, podem as mesmas produzir efeitos em relação aos sócios e à sociedade recorrida (vd. artigo 424º do Código Comercial e alínea e) do nº 1 dos estatutos da recorrida).

XXVII. Verifica-se que as recorridas não necessitam de efectuar a prova de que a AG reuniu sem se ter apurado quem são os sócios efectivos da recorrida e a sua consequente ilegalidade.

XXVIII. Não tem fundamento o entendimento contrário, defendido pelo Tribunal de 1ª Instância numa errada interpretação de direito relativa ao ónus da prova.

XXIX. Ainda a este respeito, note-se que o depoimento de parte confirmou o alegado pelas recorridas no seu artigo 110 do requerimento inicial a respeito da sociedade “Interdragon, Limited”.

XXX. Por outro lado, a deliberada atribuição de acções da L aos sócios da STD, sem previamente se apurar quem são os seus accionistas efectivos e qual o número de acções de que são titulares, consumará situações de prejuízo, irreversíveis para os verdadeiros accionistas como as recorrentes e para a própria sociedade, se mais tarde se verificar que foram erradamente atribuídas a não accionistas.

XXXI. O desaparecimento do Livro constitui, sem dúvida, uma fortíssima razão para o justo receio de violação dos seus direitos, por parte daqueles cuja qualidade de accionista

virá a ser definitivamente estabelecida por via da pendente acção de reforma do livro de registo de acções a que se faz referência no artigo 34 do requerimento de providência.

XXXII. Finalmente, nos termos do nº 3 do artigo 18º, um accionista que seja pessoa colectiva pode nomear o seu representante por simples carta mandatária.

XXXIII. E atentando nas razões pelas quais foi o Sr. J impedido de participar na AG expressamente constantes da respectiva Acta, verifica-se que a regularidade da representação da segunda recorrente não foi minimamente invocada.

XXXIV. Salvo o devido respeito, verifica-se, portanto, novo erro na apreciação da prova por parte do Distinto tribunal a quo, se se confrontar o seu juízo em sentido contrário, com a Acta nº 55 e com a certidão judicial junta para prova do artigo 42 do requerimento inicial.

XXXV. A douta decisão recorrida efectua igualmente uma incorrecta interpretação de direito do nº 3 do artigo 18º dos estatutos da recorrida.

Pede que seja anulada a sentença recorrida por violação da 1ª parte da alínea d) do nº 1 do artigo 571º do Código de Processo Civil ou, se assim se não entender, seja então revogada por violação do nº 2 do artigo 563º do mesmo Código, com a correcção dos erros de julgamento

invocados e a alteração da respectiva decisão, concedendo-se provimento ao presente recurso.

Ao recurso, contra-alegou a requerida que:

1. As deliberações tomadas pelo colectivo de sócios da ora Recorrida em 31 de Março de 2006 acham-se preteridas pelas deliberações toma as em assembleia geral no passado dia 25 de Setembro;
2. A providência nominada de suspensão de deliberações sociais tem como pressuposto lógico e normológico que a providência de que se trate exista e seja susceptível de produzir efeitos;
3. No caso *sub iudice*, as deliberações cuja suspensão vem requerida pelas ora Recorrentes não podem produzir efeitos pelo facto de que colectivo de sócios da ora Recorrida, usando da soberania que ao mesmo legal e estatutariamente assiste, aprovou, em lugar delas, outras, de conteúdo diverso;
4. Ainda que - o que só por exigência de exposição coerente do raciocínio se cogita - a providência requerida devesse ser decretada, a eficácia das deliberações tomadas pelo colectivo dos sócios em 31 de Março de 2005 manter-se-ia a mesma: tais deliberações não seriam executadas por, em virtude de decisão dos sócios, terem cessado os respectivos efeitos.

5. A revogação das deliberações constitui um facto extintivo dos efeitos que as mesmas seriam, eventualmente, susceptíveis de produzir, razão por que, nos termos do disposto nos no.s 1 e 3 do Artigo 412º do Código de Processo Civil deve ser julgada procedente excepção peremptória de direito material, com a consequente absolvição das ora Recorridas do pedido.
6. Ainda que a conclusão antes exposta possa não ser aceite, de todo o modo os presentes autos. ou o pedido nos mesmos deduzido, perderam (ou perdeu) a respectiva utilidade, tendo em consideração que:
 - a) as deliberações de 31 de Março de 2006 cessaram os respectivos efeitos; e
 - b) não pode pretender-se que a Recorrida seja obrigada a manter tais efeitos vigentes ou não possa actuar a vontade dos seus órgãos sociais revogando aquelas mesmas deliberações
7. Porque assim é, deve, subsidiariamente, julgar-se verifica a excepção dilatória de inutilidade superveniente de lide, com a consequente absolvição da Recorrida da instância, nos termos do conjugadamente disposto na alínea e) do Artigo 229º e nos no.s 1 e 2 do Artigo 412º do Código de Processo Civil.
8. Contrariamente ao sustentado pelas Recorrentes, em caso algum a Sentença recorrida enferma de vício que justifique a sua anulação total ou parcial) por violação do disposto no

no. 2 do Artigo 563º do Código de Processo Civil, porquanto:

9. A necessária consideração, pelo Tribunal, de todas as questões submetidas a julgamento, enquanto desimplicação legalmente necessária do princípio do pedido, não implica uma consideração de todos os argumentos explanados pelas partes ou, tão pouco, muito menos, um diálogo com as “razões” pelas mesmas invocadas;
10. Da análise da Sentença recorrida resulta inequívoco que as duas questões fundamentais relativamente às quais a Recorrente alega a verificação de omissão de pronúncia são questões de direito;
11. Sendo que o Tribunal a quo sobre a mesmas se pronunciou não tendo, no entanto, sobre as mesmas, reconhecido merecimento à alegação (de direito) das Requerentes;
12. Não se acha verificada qualquer ocorrência do alegado erro na apreciação da prova ou do alegadamente deficiente cumprimento do dever de fundamentação e/ou a suposta violação do disposto no no. 3 do Artigo 562º do Código de Processo Civil:
 - a) Não se encontra um único facto invocado pelas ora Recorrentes que devesse ter sido considerado provado por documento e que o Tribunal recorrido não haja considerado provado ou, tão pouco, um facto que,

atentos os documentos juntos, não devesse ser considerado provado e que o tenha sido;

- b) Não se encontra um único facto que devesse ter sido considerado provado por acordo e que não haja sido considerado provado ou, tão pouco, um facto que, em face de acordo probatório, não devesse ter sido considerado provado e que, a final, o tenha sido;
- c) Não se descortina a violação de uma qualquer norma das que, no âmbito do Código Civil, prevêm as situações de desvio relativamente ao princípio da liberdade de prova:

- 13. A conclusão estabelecida na Sentença recorrida quanto à inexistência de objecto da providência – pelo facto de que as deliberações cuja suspensão é requerida não tenham o conteúdo que as Recorrentes pretendem imputar-lhes – resulta da análise da acta em que tais deliberações ficaram lavradas;
- 14. A invocação, pelas Recorrentes, da nulidade da prova obtida por, quanto a tal matéria, ter também sido colhido depoimento de parte constitui uma actuação das mesmas em patente e intencional venire contra factum proprium, atenta a posição que as mesmas tomaram no respectivo requerimento probatório e a defesa que deste fizeram em julgamento;
- 15. De todo o modo, da eventualmente justificada desconsideração do teor do depoimento de parte não

resulta qualquer alteração da matéria dada como provada, atento o teor da acta e a força probatória plena que à mesma a lei confere nos termos do conjugadamente disposto no Artigo 233º do Código Comercial e no no. 1 do Artigo 357º do Código de Processo Civil.

16. Carece de fundamento a alegação de abuso de direito dirigida às deliberações efectivamente tomadas pelo colectivo de sócios da Recorrida relativamente ao ponto 2, da ordem de trabalhos para a reunião do passado dia 31 de Março de 2006.
17. Por um lado, tal como conclusivamente já estabelecido, as deliberações que vieram a ser tomadas não têm o conteúdo que a Recorrente lhes imputa; tal conteúdo acha-se lavrado em acta relativamente à qual a Recorrente não suscitou o incidente de falsidade e cujo conteúdo por modo algum impugnou, razão por que, nos termos do conjugadamente disposto no Artigo 233º do Código Comercial e no no. 1 do Artigo 3527º do Código Civil, as mesmas valem naqueles exactos termos, ou seja,
18. Por outro lado, as deliberações que deram origem à constituição da Sociedade de Jogos de Macau, S.A. e à respectiva e actual composição accionista não podem legalmente qualificar-se como irrevogáveis (ou irrevogáveis sem o voto concorrente e concordante da Recorrente) porquanto:

- a. Nos termos do disposto nos Artigos 255º, 453º e 382º, todos do Código Comercial, devem quanto à matéria de que se trata, valer o princípio geral maioritário;
 - b. A eventual irrevogabilidade de tais deliberações dependeria que as mesmas pudessem qualificar-se como fonte de um direito especial o que, em face dos que dispõem os Artigos 184º e 185º, também do Código Comercial, não seria admissível, (i) quer em razão do conteúdo de tal direito, (ii) quer em razão da forma da respectiva consagração;
19. Tão pouco tal suposta irrevogabilidade se mostra extraível da estipulação constante do no. 2 do Artigo Sétimo dos Estatutos da Recorrida, o qual se limita a, por remissão para a legislação competente, exigir o cumprimento dos requisitos e formalidades necessários para a eficaz transmissão de acção, se, porque e enquanto a Recorrida se mantiver como accionista dominante de uma das sociedades titulares de uma das licenças de exploração dos jogos de fortuna ou azar em casino.
20. Em qualquer caso, a pertinência da alegação de abuso de direito em deliberação social está dependente da alegação e da prova de que os votos que hajam contribuído para a respectiva aprovação tenham sido emitidos em abuso de direito, ou seja, com o intuito de prejudicar a sociedade e/ou os sócios ou de obter vantagens ilegítimas para os sócios, o que a Recorrente não faz.

21. Mostra-se igualmente infundada a novel invocação de enriquecimento sem causa como fundamento de decretação de qualquer medida cautelar in casu;
22. As ora Recorrentes não impugnaram as deliberações que deram origem a constituição da Sociedade de Jogos de Macau, S.A. ou, tão pouco, à respectiva e actual composição accionista;
23. A pretensão que as mesmas agora vêm manifestar de que os direitos patrimoniais inerentes à titularidade das acções representativas de participações minoritárias no capital social da SJM devam ser restringidos sob pena de enriquecimento sem causa por parte de tais titulares, constitui um genuíno venire contra factum proprium;
24. De todo o modo, atenta a subsidiariedade da obrigação de restituição (nos termos do disposto no Artigo 4680 do Código Civil e seguindo apropriada justificação do instituto tal como enunciada no Artigo 467º do mesmo Código), uma vez não verificada qualquer causa de invalidade das deliberações sociais não pode legitimamente pretender-se que os efeitos normais a cuja produção as mesmas tendem ou que determinam possam constituir causa de enriquecimento não conforme à justa ordenação dos bens;
25. As condições deliberadas de subscrição/aquisição das participações livres (minoritárias) da SJM foram integralmente cumpridas, tal facto jamais foi questionado pelo que os direitos patrimoniais (homogéneos) dos

respectivos titulares se aferem em razão, apenas, do número e do tipo de acções de que os mesmos sejam concretamente titulares, sem que tal possa implicar um qualquer empobrecimento ilícito por parte de terceiros ou de outros sócios;

26. Sendo que, relativamente a tal, as deliberações que possam ser tomadas pelo colectivo de sócios da ora Recorrida serão sempre insusceptíveis de produzir quaisquer efeitos, ou seja, de alterar o licere de direito e de deveres em que se analisa a participação social de que são titulares os accionistas minoritários da Sociedade de Jogos de Macau, S.A.,
27. Razão esta também pela qual as mesmas não podem constituir causa eficiente de qualquer deslocação patrimonial, lícita ou ilícita entre aqueles accionistas e a ora Recorrida e/ou entre aqueles e os sócios da ora Recorrida.
28. As Requerentes pretendem em alegações, e pelas mesmas, fazer tomar por provado o que não poderia tê-lo sido pelo facto de que não tenha sido articulado;
29. A expressão de dúvidas quanto à verificação de um facto não se convola em um juízo de certeza ou, sequer, de probabilidade, quanto à verificação do facto contrário;
30. A fundamentação da sentença recorrida, quanto a tal matéria, é clara, organizando de modo legalmente conforme as questões relativas à repartição do ónus da prova,

31. E concluindo pela inexistência de indícios de veracidade da alegação das Recorrentes de que a ora Recorrida não proceda, ou não tenha procedido, à verificação idónea da identidade accionista dos participantes na reunião do grémio de 31 de Março de 2001.
32. Acha-se provada por acordo a ausência voluntária da Primeira Recorrente da reunião da assembleia geral realizada em 31 de Março de 2001;
33. Acha-se, outrossim, documentalmente provada a não qualificação do Senhor J como representante orgânico da Segunda Recorrente;
34. Acha-se documenta/mente provado que a ora Recorrida está impedida, por sentença judicial transitada em julgado, de reconhecer a Segunda Recorrente como sua accionista;
35. Porque assim é, a conclusão/decisão lavrada na sentença recorrida, ao julgar improcedente a alegação de impedimento ilegítimo à participação das Recorrentes na reunião dos sócios de 31 de Março de 2006 mostra-se necessária e justificada em face das disposições legais e estatutárias pertinentes

Nestes termos, e nos mais em Direito consentidos que Vós, Excelentísimos Juízes, muito doutamente suprireis, se requer:

- a) Seja a excepção peremptória de extinção do objecto da providência julgada procedente, por provada e por legalmente justificada, com a consequente absolvição

da Recorrida do pedido, nos termos do conjugadamente disposto nos no.s 1 e 3 do Artigo 412º do Código de Processo Civil; ou, no caso em que assim se não entenda,

- b) Seja a exceção dilatória de inutilidade superveniente da lide julgada procedente, por provada, com a consequente absolvição da Recorrida da instância, nos termos do conjugadamente disposto na alínea e) do Artigo 229º e nos no.s 1 e 2 do Artigo 412º, todos do Código de Processo Civil, ou, ainda, para a hipótese em que deva ser outra a decisão quanto a tal
- c) Seja o presente recurso julgado integralmente improcedente, com a consequente confirmação da Sentença recorrida

Mais requerendo seja ordenada a condenação da Recorrente nas custas de lei e na liquidação de procuradoria condigna.

Admitido o recurso interposto pelas requerentes, a requerida interpôs o recurso subordinado alegando que:

1. A ora Recorrida formulou expressamente, em audiência de julgamento, o pedido de condenação das ora Recorridas como litigantes de má fé;

2. Cumpridas as exigências legais impostas pelo princípio do contraditório, o Tribunal a quo não veio a apreciar o pedido;
3. Tal omissão de pronúncia, não devendo justificar a sanção de nulidade da sentença recorrida, justifica antes, atento a disponibilidade de todos os elementos relevantes nos Autos, que esse Venerando Tribunal se pronuncie, apreciando e decidindo o pedido formulado;
4. As ora Recorridas formularam, ou mantiveram, o pedido de substituição de testemunha pelas mesmas originariamente arrolada como testemunha a apresentar com justificação que sabiam, ou não podiam deixar de saber sem negligência grave, não ser verdadeira ou não subsistir;
5. Atentos os elementos disponíveis nos Autos não é possível concluir quanto a que os respectivos e Ilustres Mandatários tenham em tal tido responsabilidade; porém,
6. O mandato forense, enquanto mandato com representação, determina a imediata repercussão dos actos dos mandatários na esfera do mandante e baseia-se na presunção de que o mandante possa, sempre a todo o tempo, fornecer ao mandatário todos os elementos necessários para que o mesmo actue, em nome e representação daquele, em permanente cumprimento do dever de colaboração e do de actuação em boa fé (Arts. 8º e 9º do Código de Processo Civil);

7. Atento o facto de que a testemunha cuja substituição foi requerida ser Advogado das ora Recorridas e, bem assim, o facto de que o mesmo haja sido arrolado como testemunha a apresentar, exclui que se possa presumir que as Recorridas não tivesse conhecimento da sua efectiva disponibilidade ou, mais rigorosamente, da não verificação da circunstância que as mesmas haviam invocado para justificar o pedido da respectiva substituição;
8. A insistência em que a testemunha indicada em substituição fosse notificada - quando a mesma já se encontrava arrolada nos Autos pela ora Recorrente - determinou uma dilação do processo com danos para a ora Recorrente, atento o efeito inibitório que para a mesma resultava da simples citação para providência nominada de suspensão de deliberações sociais.
9. A douta sentença recorrida, ao não apreciar, condenando as ora Recorridas, o pedido de condenação das mesmas como litigantes de má fé, incorre em violação do disposto no Artigo 386º do Código de Processo Civil

Pede que seja o presente recurso julgado procedente, por provado e por legalmente justificado, e, em consequência

- a. sejam as mesmas solidariamente condenadas no pagamento do valor de honorários dos mandatários das ora Recorrentes, que se computa em valor não superior a MOP6.400 (Seis Mil e Quatrocentas Patacas) e, bem assim,

- b. no pagamento de multa e indenização a fixar em quantia certa segundo o prudente arbítrio do Tribunal.

A este recurso da requerida, respondeu as requerentes que:

- I. O vício de omissão de pronúncia gera a nulidade da sentença (artigo 571º, nº 1, alínea d) do Código de Processo Civil).
- II. Acresce que, de todo o modo, inexistente qualquer prova relativa à litigância de má fé invocada pela recorrente.
- III. Não tem qualquer sentido invocar que quem arrolou a testemunha tem de fiscalizar a veracidade da sua indisponibilidade e, com base neste pressuposto, invocar-se a litigância de má fé.
- IV. Aliás, não se vislumbra a prova de que a testemunha em questão estaria, afinal, “disponível”.
- V. Nem de que as recorridas teriam conhecimento da alegada “disponibilidade” da testemunha.

Pelo que, o presente recurso não tem qualquer fundamento, só podendo, ao mesmo, ser negado provimento.

Cumprido conhecer.

Formam colhidos os vistos legais.

Conhecendo.

1. Objecto dos recursos

Há dois recursos, respectivamente interpostos pelas requerentes e pela requerida.

As requerentes impugnou a decisão que julgou improcedente a providência cautelar, tendo também levantado a questão acerca da decisão de matéria de facto:

a) nulidade da sentença pela omissão de pronúncia, por a ter omitido pronunciar a questão levantada pelas recorrente da violação do direito à paridade de tratamento entre os sócios, previsto no artigo 194º do Código Comercial, tendo embora limitado a abordar questão diversa embora também ligada ao desaparecimento do Livro de Registo de Acções, qual seja a de saber se as deliberações impugnadas foram tomadas por não sócios;

b) Erro na apreciação de prova:

- Quanto à inexistência de objecto da providência;

- Da verificação dos requisitos previstos no nº 1 do artigo 332º do Código de Processo Civil:

i) Dos antecedentes históricos da relação jurídica entre a STDM e a SJM

ii) Os direitos e os prejuízos das recorrentes

c) Impedimento de participação na AG

A recorrida levantou uma questão prévia; a inutilidade superveniente da lide pelo facto de ter a deliberação objecto da presente providência sido revogado pela deliberação tomada posteriormente no

dia 25 de Setembro de 2006, o que constitui causa extintiva da presente providência. Esta questão prévia será apreciada *a priori*.

E a requerida recorreu, subordinadamente, a sentença por omitiu pronunciar a o pedido de condenação das requerente pela litigância de má fé.

Antes de avançar não podemos deixar de notar o seguinte:

De facto a sentença recorrida continha duas partes da decisão, embora ambas chegaram a conclusão da improcedência da requerida providência cautelar especificada - a suspensão da deliberação social - estes dois fundamentos essenciais da decisão não deixam de ser contraditórios e não são compatíveis numa sentença.

Pois, por um lado, a sentença optou pela consideração de não ter objecto da suspensão através de interpretação da deliberação social, objecto do presente pedido de providência, chegando a conclusão de que ainda não tinha sido decidido o modelo concreto acerca da reestruturação da sociedade proposto pelo Conselho de Administração; por outro lado, a entender, a título de “mera cautela”, por haver objecto, considera-se que não estão verificados os requisitos para a providência: a ilegalidade da deliberação social e o dano apreciável.

Quer isto dizer, a sentença, sobre a questão de consideração haver ou não objecto da suspensão, tomou ambas posições absolutamente contrárias. Não se tratam estes de fundamentos subsidiárias, mas sim, antes, a interpretação dos factos que integram a causa de pedir e que constituem fundamentos, pelo menos, alternativos.

A sentença deve tomar uma posição certa: haver ou não objecto da suspensão. Não havendo, julga improcedente o pedido e não devia entrar na hipótese de haver objecto da mesma. Se não a sentença incorreria na contradição insanável da fundamentação.

Mas como nenhuma das partes veio impugnar a eventual nulidade, não tomaremos em consideração das suas consequências.

Por outro lado, se consideração de não existir objecto da suspensão dever de ser mantida por este Tribunal de recurso, a apreciação das restantes questões ficará prejudicada.

Pelo que começamos pela questão de saber se há objecto da suspensão, seguem-se respectivamente as questões de nulidade pela omissão de pronúncia e a verificação dos requisitos da providência.

2 Do objecto da providência requerida

Consta da matéria assente, a Acta de deliberação em causa textuou o seguinte:

“(...) o Senhor Presidente passou à votação sobre a proposta apresentada pelo Conselho de Administração, deliberando-se, por unanimidade dos accionistas presentes e representados:

1. Aprovado por unanimidade o modelo global de reestruturação tal como se acha descrito nos Considerandos (A) a (I) bem como no anexo 1 a este proposta, com as variantes que possam vir a ser consideradas pelo Conselho de Administração da sociedade como as mais adequadas e que produzam, a final, efeitos equivalentes.

2. *Aprovado por unanimidade mandar o Conselho de Administração e, em especial, o seu Administrador Delegado, para praticar todos os actos que se mostrem necessários ou convenientes à efectiva concretização do mesmo modelo de reestruturação, seja ao nível da Sociedade seja ao nível dos órgãos sociais de cada uma das suas participadas envolvidas no mesmo, executando todos os actos directa ou indirectamente relacionados com a reestruturação ora aprovada, implementando quaisquer variantes da reestruturação que se mostrem necessárias ao alcance dos objectivos finais ora aprovados.*

3. *Aprovada por unanimidade a adesão ao objectivo essencial mencionado, sem prejuízo de nova deliberação em Assembleia Geral convocada para o efeito e assim que seja identificado o modelo de concretização desse objectivo, ao qual os accionista adiram.”*

A sentença recorrida apreciou nos seguintes termos:

“ ...

Não existem qualquer razão de questionar a interpretação feita pela própria sociedade relativamente à sua própria decisão.

Uma vez que a Requerente não são contra a listagem na bolsas dos valores mas apenas têm reservas sobre o modelo, uma vez não foi decidido o modelo concreto, não existem objecto da presente providência.

Neste sentido, a presente providência deve ser julgado improcedente.”

Com esta simples e certa afirmação, a sentença concluiu pela bondade da interpretação da própria autora da deliberação.

Sem dúvida, esta afirmação, em muitas vezes, não é incorrecta, mas neste caso, e perante o claro teor da mesma deliberação, não podemos deixar de ter outra entendimento.

A deliberação tomou uma posição clara de “*Aprovado por unanimidade o modelo global de reestruturação tal como se acha descrito nos Considerandos (A) a (I)*”. E seguidamente mandar ao Conselho de Administração para concretizar a reestruturação do modelo da sociedade pelos actos necessários. Embora o modelo global de reestruturação necessite da concretização, o mesmo assunto não deixa de ficar decidido. Quaisquer actos a praticar pelo Conselho de Administração não vão ao sentido de alterar esta decisão.

Já é uma deliberação exequível, e trata-se de outro passo da questão que cumpre apreciar: a saber se a execução dessa deliberação social provoca qualquer prejuízo ou seja dano apreciável e se a mesma deliberação é legal. Pois, a confirmar que a deliberação não provoca qualquer dano não implica que a mesma não existe.

É assim de considerar que a deliberação objectivamente existe e susceptível de ser objecto de suspensão, procedendo o recurso das requerentes nesta parte.

Decidida esta questão já estamos em condição de avançar, para conhecer se se verificam os requisitos da providência cautelar ora em causa.

Mas para já fica prejudicada a apreciação da questão do erro na apreciação da prova levantada pelas recorrentes respeitante à “inexistência do objecto da suspensão”.

3. Questão prévia - a inutilidade superveniente da lide

Nas suas contra-alegações, a recorrida deduziu uma excepção de inutilidade superveniente da lide, entendendo que deve julgar extinta a instância, porquanto as deliberações tomadas pelo colectivo de sócios da ora Recorrida em 31 de Março de 2006, objecto do presente processo, acham-se preteridas pelas deliberações toma as em assembleia geral no dia 25 de Setembro de 2006, pelo que, por um lado, a deliberação social em mira não irá produzir quaisquer efeitos, por o colectivo de sócios da ora Recorrida aprovou outras, de conteúdo diverso; por outro lado, tais deliberações não seriam executadas, por serem revogadas.

Em consequência, a revogação das deliberações constitui um facto extintivo, razão por que, nos termos do disposto nos no.s 1 e 3 do Artigo 412º do Código de Processo Civil, deve ser julgada procedente excepção peremptória de direito material, com a consequente absolvição das ora Recorridas do pedido; ou subsidiariamente julgar-se verifica a excepção dilatória de inutilidade superveniente de lide, com a consequente absolvição da Recorrida da instância, nos termos do conjugadamente disposto na alínea e) do artigo 229º e nos no.s 1 e 2 do artigo 412º do Código de Processo Civil.

Efectivamente, no dia 25 de Setembro de 2006, a Assembleia Geral da requerida sociedade tomou uma deliberação social no sentido essencial de:

“STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.

Agenda de Trabalhos para a age a convocar para o dia 25.9.06

Ponto Único: Discussão e deliberação sobre proposta do Conselho de Administração relativa à admissão de uma nova subsidiária à cotação na Bolsa de Valores de Hong Kong.

Proposta do Conselho de Administração por referência ao ponto único da ordem de trabalhos

Considerando que:

A. No dia 31 de Março de 2006, em reunião extraordinária da Assembleia Geral, e relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos respectiva, os sócios deliberaram o que consta da Acta correspondente, nos exactos termos seguintes “1. Aprovado por unanimidade o modelo global de reestruturação tal como se acha descrito nos Considerandos (A) a (I) bem como no Anexo 1 a esta proposta, com as variantes que possam vir a ser consideradas pelo Conselho de Administração da Sociedade como as mais adequadas e que produzam, a final, efeitos equivalentes; § 2. Aprovado por unanimidade mandar o Conselho de Administração e, em especial, o seu Administrador Delegado, para praticar os actos que se mostrem necessários ou convenientes à efectiva concretização do mesmo modelo de reestruturação, seja ao nível da Sociedade seja ao nível dos órgãos sociais de cada uma das suas participadas envolvidas no mesmo, executando todos os actos directa ou indirectamente relacionados com a reestruturação ora aprovada, implementando quaisquer variantes de reestruturação que se mostrem necessárias ao alcance dos objectivos finais ora aprovados; § 3. Aprovada por unanimidade a adesão ao objectivo essencial mencionado, sem prejuízo de nova deliberação em Assembleia Geral convocada para o efeito e assim que seja identificado o modelo de concretização desse objectivo ao qual os accionistas adiram.”

B. O Conselho de Administração no exercício das competências gerais que lhe estão legalmente cometidas, e atendendo ao teor daquela deliberações, prosseguiu, com o auxílio de consultores externos, o estudo e a análise de várias questões relativas ao modelo definido pela deliberação antes referida (de ora em diante simplifadamente designado como “modelo de participação directa”), tendo concluído que a implementação daquele mesmo modelo se mostra, ao mesmos circunstancialmente, confrontada com várias dificuldades.

C. O Conselho de Administração considerou ser seu dever proceder à exposição dessas mesmas dificuldades, tendo em vista, nomeadamente, o confronto daquele mesmo modelo com um outro, distinto, por via de cuja implementação a Sociedade participe na sociedade subsidiária cuja admissão à cotação na Bolsa de Valores de Hong Kong venha a ser autorizada (de ora em diante simplifadamente designado como “modelo de participação de controlo”);

D. Mais concretamente, os estudos realizados revelam como dificuldades principais na implementação do modelo de participação directa:

- (i) A Implementação pela Bolsa de Hong Kong, da manutenção da STDM, directa ou indirectamente, como accionista de controlo por um período de cerca de um ano contado da admissão à cotação em Bolsa e a consequente dificuldade, quer sob o ponto de vista da sociedade, quer sob o dos próprios accionistas, em antecipar eventuais inconvenientes, para a Sociedade, de um modelo em que um dos elementos essenciais – a participação directa dos accionistas – só poderia vir a ser concretizado a uma distância temporal significativa;
- (ii) A transmissão de participação detidas pela Sociedade aos seus accionistas, independentemente da forma que para tal devesse ser seguida, pela complexidade que comporta, sob o ponto de vista jurídico, representa uma significativa dilação do processo de cotação, tanto mais inconveniente quanto tal dilação acresceria, foram requeridas contra a Sociedade, na sequência das deliberações tomadas no passado dia 31 de Março.

E. Por outro lado, se mantêm genericamente válidas e actuais as justificações, já reconhecidas pelos sócios, para que a Sociedade prossiga na decisão de alcançar a cotação na Bolsa de Valores de Hong Kong, e de entre as quais se destacam,

- (i) O reconhecimento de que a Sociedade de Jogos de Macau, S.A. se integra num mercado concorrencial, com a consequente necessidade de que a mesma possa dispor de soluções expeditas e vantajosas de acesso a novas formas de

financiamento que lhe permitam fazer face às exigências de investimento e, por essa via, nomeadamente, manter uma política de distribuição de dividendos compatível com os seus interesses e os dos seus accionistas;

- (ii) A verificação de que as demais concessionárias do jogo em Macau, enfrentando as mesmas exigências, justamente optaram por recorrer ao mercado de capitais como nova fonte de financiamento;*
- (iii) A constatação de que a melhor solução para alcançar um tal objectivo é a de promover o reposicionamento da estrutura accionista da Sociedade de Jogos de Macau, S.A., colocando esta sociedade sob o domínio da sociedade que virá a ser admitida à cotação, passando esta a titular directa das acções representativas de 90% do capital social da Sociedade de Jogos de Macau, S.A. e assegurando que à titularidade de tal participação corresponda o direito à percepção da totalidade do benefício económico gerado pela distribuição de lucros;*
- (iv) O acordo já manifestado pelos demais accionistas da Sociedade de Jogos de Macau relativamente ao reposicionamento da estrutura accionista desta mesma sociedade;*
- (v) A legítima expectativa de que as autorizações legal e contratualmente necessárias venham a ser efectivamente concedidas.*

F. E que, mais concretamente, o estudo e análise entretanto concluídos permitiram reconhecer, com ainda maior rigor, o elevado interesse para a Sociedade, e reflexamente, para os seus accionistas, em que, em tempo útil, seja implementada a cotação em bolsa da nova sociedade como detentora do capital da SJM, interesse esse concretizado, nomeadamente, pelos dados e projecções seguintes:

- (i) Necessidades de investimento e Reforço de Capital:*

- *A SJM precisa de capital novo para fazer face às suas obrigações de investimento como a construção do Grand Lisboa, Ponte 16, Oceanus, que totalizarão um valor calculado em cerca de 15 mil milhões de Dólares de Hong Kong entre 2006 a 2009;*
 - *A concorrência no sector de jogos, obrigará a SJM a procurar novos locais para expandir as suas actividades, e a implementar uma política mais agressiva de reinvestimento nas instalações actuais para manter a sua qualidade, actualizar a oferta dos seus serviços e tentar adiantar-se aos seus concorrentes, com um importante orçamento anual que certamente será aumentado numa base anual;*
 - *Melhor capacidade de angariar fundos para potenciais investimentos e ou oportunidades de aquisição para crescimento;*
 - *A oferta pública de subscrição (IPO) poderia gerar uma receita de capital imediato de cerca de 10.000 milhões e 15.000 milhões de Dólares de Hong Kong baseado numa dispersão do capital de 25% e nos cálculos e projecções geralmente aceites;*
- (ii) *Vantagens do financiamento alternativo bolsista e Desvantagens de contar exclusivamente com Financiamento Bancário, no caso da SJM se manter privada;*

Vantagens:

- *Maior flexibilidade do contratar financiamento externo, em melhores condições, bem como fontes acrescentadas de financiamento externo;*
- *Acesso mais fácil ao crédito;*
- *Melhores taxas de juros e condições;*
- *Possibilidade de aumento de capital / colocação de acções;*
- *Emissão de obrigações / instrumentos convertíveis, etc.;*

Desvantagens:

- *O financiamento tornar-se-ia mais dispendioso;*
 - *Afectaria negativamente os resultados da SJM;*
 - *Menor pagamento de dividendos;*
 - *Seriam necessários títulos de crédito ou garantias da STDM e penhora de activos da SJM;*
 - *Contribuição de capital adicional pelos accionistas com vista a manter um rácio entre capitais próprios e financiamento;*
 - *O Valor dos Activo Líquidos atribuível à STDM seria menor se as despesas de capital forem financiadas por empréstimos bancários;*
- (iii) Posicionamento paralelo aos demais operadores de jogo em Macau:*
- *A SJM pode ter acesso aos mesmos benefícios provenientes da cotação em bolsa como os seus concorrentes;*
 - *A Sands foi cotada em 2004;*
 - *A Galaxy foi cotada em finais de 2005, pouco depois de começar a sua actividade em Macau;*
 - *A Wynn Resorts foi cotada antes de iniciar a sua actividade em Macau;*
 - *A MGM foi cotada antes de celebrar um contrato de consórcio para operar sob uma subconcessão em Macau;*
 - *A PLB e a Melco foram cotadas antes de anunciar um consórcio para operar sob uma nova subconcessão em Macau;*
- (iv) Valorização: As sociedades cotadas em bolsa têm um prémio na sua avaliação, data uma melhor liquidez e transparência;*

(v) *Transparência de gestão:*

- *Um perfil mais elevado e visibilidade de mercado, criando confiança entre as associadas, fornecedores e clientes, levando a relações estáveis e alianças estratégicas;*
- *Uma maior transparência de gestão resultante de regras mais rigorosas de Governo das Sociedades ("Corporate Governance") imposta às sociedades cotadas;*
- *Maior fluxo de informação societária para os accionistas e aprovação pelos accionistas de transacções importantes, resultando num maior envolvimento dos accionistas nos assuntos da sociedade;*
- *As regras de Governo das Sociedades resultam normalmente numa gestão mais efectiva e numa redução geral das despesas de operação, significando uma maior eficiência.*

O Conselho de Administração propõe:

1. *A aprovação da constituição de uma sociedade em Hong Kong (de ora em diante designada como "L") cujo capital será detido por todos os actuais accionistas da Sociedade de Jogos de Macau, S.A. ("SJM") na proporção do direito que cada um daqueles accionistas actualmente tem que quinhoar nos lucros, em razão do número e do tipo de acções de que é titular no capital da SJM;*
2. *Que o capital e o benefício económico da participação na SJM passem a ser titularidade da L, nos termos descritos no Anexo 1 à presente proposta;*
3. *Que seja dada execução aos procedimentos legalmente necessários e adequados, quer em Macau, quer em Hong Kong, para a admissão da L à cotação na Bolsa de Valores de Hong Kong e sucessivamente feita uma oferta pública de*

subscrição (IPO) em aumento de capital, reservada a novos accionistas (público) pela qual estes deverão vir tornar-se titulares de acções representativas de entre 20% a 25%, (eventualmente acrescido de 15% sobre o valor a ser disperso em cumprimento de requisitos legais e regulamentares) do capital da Lisboa.

Como o que podemos ver claramente, esta citada deliberação tomada pela requerida sociedade tomou uma decisão no sentido de alterar o modelo anteriormente definido, tendo em conta, tal como foi referido na deliberação, as dificuldades na implementação do modelo de participação directa.

Sendo certo, não faria qualquer sentido em discutir as coisas já não existentes, a abordar se é legal a deliberação de 31 de Março de 2006 que definiu os modelos de reestruturação da SJM e causará dano apreciável às requerentes, modelos esses que tinham sido alterados pela nova deliberação, a nova deliberação (*esta se constitui outro objecto do pedido de suspensão e a decisão de indeferimento gerou outro recurso nesta instância, sob nº 417/2007*), todavia, não alterou o sentido essencial contida naquela deliberação social anterior: a constituição da nova sociedade subsidiária em Hong Kong com a reestruturação das acções da sociedade. Pois o fundamento essencial do pedido da presente providência de suspensão é a violação da lei – abuso de direito e do estatuto e a deliberação anterior – redução do controlo da STD M na nova sociedade subsidiária a constituir em Hong Kong.

Para as requerentes, independentemente do interesse na oposição à alteração dos modelos concretos de reestruturação, manterá interesse em evitar a perda, com a redução do controlo na nova sociedade, dos direitos e grandes benefícios económicos junto da STD M, no exercício

das actividades da exploração de jogos nos casinos, através do controlo da SJM.

E objectivamente as requerentes não perderam os interesses em suspensão da execução da deliberação que constituía objecto da presente providência pelo facto de não ser totalmente revogada a deliberação ora em mira pela nova deliberação referida pela recorrente, acima transcrita.

Independentemente do facto de ter as requerentes ora recorrentes, no dia 29 de Setembro de 2006, deduzido outro pedido de suspensão da execução da deliberação social contra a requerida sociedade, o que originou o recurso que corre no Tribunal de Segunda Instância nº 415/2007, não se encontra extinta a presente instância por inutilidade superveniente da lide.

Assim sendo improcede a excepção deduzida pela recorrida.

4. Da nulidade da sentença por omissão de pronúncia

As recorrentes alegaram que a sentença sofreu a nulidade pela omissão de pronúncia, por a ter omitido pronunciar a questão levantada pelas recorrente da violação do direito à paridade de tratamento entre os sócios, previsto no artigo 194º do Código Comercial, tendo embora limitado a abordar questão diversa embora também ligada ao desaparecimento do Livro de Registo de Acções, qual seja a de saber se as deliberações impugnadas foram tomadas por não sócios.

Efectivamente, *in casu*, na sua p. i., as requerentes alegaram as seguintes causas de ilegalidade da deliberação social em causa:

- i) O impedimento da participação na assembleia geral o representante da 2ª requerente: ao impedir da participação do representante da 2ª requerente na assembleia geral, a requerida violou o disposto no artigo 195º nº 1 al. d) do Código Comercial; e ao protagonizar um tratamento discriminatório – pela negativa – às requerentes, a requerida viola o direito à igualdade de tratamento previsto no artigo 194º do Código Comercial.
- ii) O carácter anti-estrututário da deliberação: A Sociedade de Jogos de Macau foi criada, como sociedade subsidiária da STDM, tendo por base e fundamento a deliberação tomada pelo Conselho de Administração da STDM, de 28 de Novembro de 2001, em consequência da exigência legal que o administrador-delegado deverá deter 10% do capital social, no qual a STDM passou a deter 80% e o DR. C deter 10% do capital social da SJM, e com a criação da Sociedade em Hong Kong, pela deliberação de 31 de Março de 2006, ora em mira, em substituição inteiramente a sociedade intermédia (STDMI) que é totalmente detida pelo STDM, viola à deliberação social que define o fim social – ser a STDM accionista dominante da SJM, com detenção directa das acções desta última, em proporção não inferior a 90% do respectivo capital social, incluindo os 10% detido, por impeditivo da lei, pelo Administrador-Delegado, em nome pessoal.

iii) Violação da lei - abuso de direito: em consequência da revogação na sua essência as deliberações estruturantes tomadas em 2001 e acaba com a ligação institucional directa da STDM à SJM, estancando de passagem a sua principal fonte de rendimentos. Por conta dos dividendos provenientes do exercício de 2004, a 1ª requerente recebeu \$66.325.109,50, o lucro da STDM nesse exercício foi de pelo menos \$2.957.236.274,76, e pelo exercício de 2005, o lucro líquido da STDM é de MOP\$3.541.954.066,00, com a diminuição ou total desaparecimento da participação da STDM nos lucros da SJM, as requerentes sofrerão uma lesão grave e dificilmente reparável do seu direito aos lucros gerados pela STDM. Quer dizer a alteração das deliberações de 2001 constitui abuso de direito.

E a sentença recorrida abordou as seguintes questões, na verificação do requisito da ilegalidade da deliberação social:

1) A constituição de uma subsidiária em Hong Kong para deter directamente as acções da sociedade na SJM faz a STDM deixar de ser accionista dominante da SJM e conseqüentemente violou o artigo 7º do Estatuto e das deliberação tomada em 28/11/2001 e 31/10/2001?

2) As requerentes foram impedidas a participar nas assembleia sociais?

3) A deliberação foi tomada pelas pessoas não sócios?

4) O modelo de reestruturação deliberado beneficiam alguns indivíduos accionistas de SJM, em prejuízo da STDM e dos seus sócios?

Como se sabe, a nulidade por omissão de pronúncia, prevista no artigo 571º, nº 1, al. d) do Código Processo Civil, está directamente relacionada com o artigo 563º que dispõe que o juiz deve resolver todas as questões que as partes tenham submetido à sua apreciação, exceptuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras (nº 2).

Daí decorre que esta nulidade ocorre quando o tribunal não se pronuncia acerca das questões que lhe foram submetidas pelas partes ou de que deva conhecer oficiosamente - entendendo-se por questões os problemas concretos a decidir.

A expressão “questões” não abrange os argumentos ou razões jurídicas invocadas pelas partes, por ser o juiz livre na qualificação jurídica dos factos, mas reporta-se apenas às pretensões formuladas ou aos elementos inerentes ao pedido e à causa de pedir.¹

E em caso concreto, as requerentes, para fundamentar o requisito de ilegalidade do pedido da providência, levaram ao Tribunal a conhecer se foi ilegal a deliberação social em causa por ter sido o representante indicado pela 1ª requerente em nome da 2ª requerente impedido de participar na Assembleia Geral, questão esta que se constitui a parte III da p. i.. E nesta questão as requerentes argumentaram, com acima referido, duas partes: a) ao impedir da participação do representante da 2ª requerente na assembleia geral, a requerida violou o disposto no artigo 195º nº 1 al. d) do Código Comercial; b) ao protagonizar um tratamento discriminatório - pela negativa - às requerentes, a requerida viola o direito à igualdade de tratamento previsto no artigo 194º do Código Comercial.

¹ Rodrigues Bastos, Notas ..., III, p. 228, e A. Varela, na Revista de Leg. Juri. 122, p. 112 do Acórdão do STJ de Portugal de 16.1.1996.

Digamos que a questão que cumpre o Tribunal a apreciar não é este argumento pelo qual as requerentes invocaram para fundamentar o requisito de ilegalidade pelo facto de ter impedido de participar na assembleia e o facto de não ter o Tribunal chegou a conclusão como as requerentes pretendiam não se constitui uma omissão de pronúncia.

Tratam-se de uma questão de direito, a que o Tribunal não fica subordinado, desde que conheça todos os factos que segundo as soluções plausíveis para questão de direito possam ser relevantes e por outro lado de decidir todo o pedido.

Quer dizer, perante os argumentos das requerentes, o Tribunal não tem chegar a conclusão se a deliberação em causa viola ou não os princípios invocados pelas requerentes, mas sim o facto de “impedimento da participação na assembleia” e procurar a solução plausível e aplicar o direito no seu próprio entendimento.

E a sentença efectivamente apreciou estes factos na sua 2ª questão – as requerentes foram impedidas a participar nas assembleias sociais – nos seguintes termos:

“2.2.2. – Em relação à 2ª questão – as Requerentes foram impedidas a participar nas assembleias sociais?

Na providência cabe ao requerente provar que ele próprio ou representante validamente constituído foi impedido a participação na assembleia geral.

In casu, ficou indiciariamente provado que o Sr. J foi indicado pela Requerente A para participar na assembleia em causa de 31/03/2006, em representação da Requerentes.

As Requerente não conseguiram provar qual qualidade é que tem o Sr. J, pelo que, não consegue provar que a representação é validamente constituído. Assim, não se permitem concluir que as Requerentes ou seu representante foram indevidamente impedidas à participação na assembleia social.

Neste conformidade, neste momento, não se verifique a nulidade em causa.”

Como podemos ver, o tribunal pronunciou efectivamente esta questão e sobre o que cumpre conhecer. Ou seja, seja qual for a decisão, a sentença pronunciou a questão, não se pode ser imputada pela omissão de pronúncia, causa de nulidade da sentença.

Já se trata de outra coisa a saber se o direito está correctamente aplicado e esta questão jurídica não se trata neste ponto.

Nesta conformidade, não se verifica a impugnada nulidade de omissão de pronúncia.

5. Requisitos da suspensão

Prevê o artigo 341^o (Pressupostos e formalidades) do Código de Processo Civil:

“1. Se alguma associação ou sociedade, civil ou comercial, tomar deliberações contrárias à lei, aos estatutos ou ao acto constitutivo, qualquer associado ou sócio pode requerer, no prazo de 10 dias se não for outro o fixado em disposição especial, que a execução dessas deliberações seja suspensa, justificando a qualidade de associado ou sócio e mostrando que essa execução pode causar dano apreciável.

2. O associado ou sócio deve instruir o requerimento com cópia da acta em que as deliberações foram tomadas; a administração deve fornecer essa cópia ao requerente no prazo de 24 horas, a contar do momento em que ele o requeira; quando a lei dispense reunião de assembleia, a cópia da acta é substituída por documento comprovativo da deliberação.

3. O prazo fixado para o requerimento da suspensão conta-se, na falta de disposição especial, da data da assembleia em que as deliberações foram tomadas ou, se o requerente não tiver sido regularmente convocado para a assembleia, da data em que ele teve conhecimento das deliberações.”

O artigo 232º do Código Comercial também prevê a suspensão da deliberação social.²

Como podemos ver, esse artigo faz depender a suspensão das deliberações sociais da coexistência de dois requisitos:

- a) serem ilegais as deliberações; e
- b) resultar da sua execução dano apreciável.

Antes, merece notar que a sentença recorrida elencou mais um requisito de “ser o requerente sócio da mesma sociedade”. Digamos que trata-se de uma questão de legitimidade,³ que constitui o pressuposto processual. Aqui não a adota como um requisito e por outro lado,

² Prevê o artigo 232º do Código Comercial:

“1. Qualquer pessoa com legitimidade para requerer a declaração de nulidade ou a anulação de uma deliberação dos sócios pode requerer ao tribunal que seja decretada, cautelarmente, a suspensão da execução de uma deliberação ou a da sua eficácia caso já tenha sido executada ou esteja em vias de execução.

... .”

³ Abílio Neto, Código de Processo Civil anotado 15ª edição, p.550.

ninguém duvida a legitimidade activa das requerentes, fica a questão ultrapassada.

5.1. Quanto ao requisitos da ilegalidade, em princípio, considera-se que a legalidade da deliberação deve ser entendida no seu sentido mais amplo, para designar tanto a deliberação contrária à lei geral como a que violou os estatutos ou o pacto social.⁴

É dominante o entendimento doutrinal e jurisprudencial de que as deliberações sociais quando contrárias à lei e ou ao contrato social podem ser nulas, anuláveis ou apenas ineficazes em relação a terceiros.⁵

O regime-regra sobre a invalidade das deliberações sociais é a sua anulabilidade.

Fica na disponibilidade dos sócios o reagirem contra uma deliberação que, por atentar interesses deles (disponíveis, portanto), é ilegal. A nulidade das deliberações sociais está sujeita ao princípio da tipicidade – só é nula a deliberação social quando a lei assim comina.

In casu as requerentes alegaram, entre outros fundamentos, o vício da violação do princípio de tratamento igual dos accionistas nos termos do artigo 194º do Código Comercial.

Estando provado que:

“- Em 15 de Março de 1983, **A** endossou, à segunda requerente, “**B**”, 5043 acções da STDM. Na mesma data, a STDM lavrou nos mencionados títulos representativos das acções o averbamento de “*pertence*”, havendo-se obrigado com a assinatura de dois dos seus

⁴ Acórdão da RP de Portugal de 15.11.1993, Col. Jur., 1993, 5º-228.

⁵ Acórdão do STJ de Portugal de 31 de Outubro de 1989, BMJ, 390º- 418. Vide também Abílio Neto, Código de Processo Civil anotado 15ª edição, p.547.

administradores: I, Presidente do Conselho de Administração, e C, então, e ainda, Administrador Delegado.

Consta da acta de fls. 40-45 (facto provado nº 13), antes do início da reunião, o Sr. J, representante da “B”, foi impedido de entrar na Sala onde se realizou a assembleia geral da requerida, *“atendendo ao facto de que esta sociedade B não se encontrar registada como accionista e a sociedade se encontrar impedida, nos termos da sentença judicial proferida nos autos de providência cautelar número CPV-001-02-3 do Tribunal Judicial de Base da RAE de Macau, de proceder ao registo das acções a favor daquela sociedade, sendo que a subscritora da carta se encontra, pelo mesmo título impedida de transmitir, onerar ou dispor das suas acções, sendo que são essas aquelas em que a referida B pretende fundar o seu direito de participação e votação na assembleia (...)”*.

Mas por outro lado, como demonstra o facto provado do nº 34 do Requerimento inicial está em curso o respectivo processo de Reforma Judicial, cujos termos correm pelo 1º Juízo do Tribunal Judicial de Base com o n.º CV1-02-0008-CPE, pelo facto de ter perdido o livre de que consta os nomes dos sócios da STDM.

Se fosse assim, é manifestamente inócua a alegação do presidente da Assembleia Geral da STDM, quanto a não consta o nome da 2ª requerente no livro, para impedir a participação do representante da 2ª requerente.

Enquanto não existia o livro, como regra, ao início da assembleia geral deveria proceder-se a verificação da qualidade de todos os sócios ou seus respectivos representantes, e não só um ou uns destes. Ao contrário, da acta não consta esta formalidade, mas consta o impedimento

do representante da 2ª requerente, por não constar do livro o nome da sua representada.

Em princípio, o participante só podia ser recusada a sua entrada pelo facto de não conseguir comprovar a sua qualidade, mas já é absolutamente inadequado recusar a sua participação porque não constava o nome do sócio do livro enquanto este não existia.

Ainda por cima, tal como se demonstra dos factos indiciariamente provados, em data de 15 de Março de 1983 momento em que a 1ª requerente transmitiu à 2ª requerente a sua acção, “a STDM lavrou nos mencionados títulos representativos das acções o averbamento de ‘*pertence*’, devia deixá-lo participar na assembleia geral, sem discriminação.

Pelo que, enquanto um dos sócios se encontra recusado a participar na assembleia geral e a conseqüente votar, foi violado o disposto no artigo 194º e 195º nº 1 al. d) do Código Comercial, o que se torna ilegal a deliberação social da assembleia em causa.

Neste ponto de vista, verifica-se o primeiro requisito.

Decidido este ponto, já não seria necessário apreciar se se verifica este requisito por outros fundamentos.

5.2. Quanto ao requisito de dano apreciável, a lei contenta-se com o dano apreciável, não exigindo todavia ser o dano irreparável ou de difícil de reparação.⁶

⁶ Acórdão da RP de Portugal de 15.11.1993, Col. Jur., 1993, 5º-228.

Importa realçar, entretanto, o dano apreciável não é toda ou qualquer possibilidade de prejuízo que a deliberação ou a execução em si mesmas comportam, mas sim a possibilidade de prejuízos imputáveis a demora da acção de anulação, pois que não faria sentido que o legislador desse relevo, para efeitos da concessão da providência cautelar, à eventualidade de danos diferentes dos originados pelo retardamento da sentença a proferir naquela acção.⁷

Tratando-se a verificação do dano apreciável de uma questão de facto, o juízo sobre a existência ou a gravidade do dano assente nos factos provados, envolve a apreciação da matéria de facto.

A apreciação deste requisito deve conjugar duas partes: a saber se existe dano apreciável pela execução da deliberação e por outro lado a saber, caso esteja verificado a existência do dano, se a suspensão causará dano superior aquele danos verificado.

Nesta parte, as requerentes alegaram que em consequência da revogação na sua essência as deliberações estruturantes tomadas em 2001 e acaba com a ligação institucional directa da STDM à SJM, estancando de passagem a sua principal fonte de rendimentos. Por conta dos dividendos provenientes do exercício de 2004, a 1ª requerente recebeu \$66.325.109,50, o lucro da STDM nesse exercício foi de pelo menos \$2.957.236.274,76, e pelo exercício de 2005, o lucro líquido da STDM é de MOP\$3.541.954.066,00, com a diminuição ou total desaparecimento da participação da STDM nos lucros da SJM, as requerentes sofrerão uma lesão grave e dificilmente reparável do seu direito aos lucros gerados pela STDM.

⁷ Cfr. Vasco G. L. Xavier, "O conteúdo da providência de suspensão de deliberações sociais", RDES, Ano XXII, página 215

A sentença recorrida concluiu que dos factos provados, não se parecia existir a prova da certeza ou de uma probabilidade muito forte que nos permitem concluir que a diminuição das acções em causa causará prejuízos apreciável as Requerentes, pois, para a sentença, nas actividades comerciais, qualquer actividade comercial pode trazer lucros e causar perdas. A valorização das potenciais lucros e perdas não se fazem desta maneira de simples cálculo matemática, esquecendo de outros elementos eventuais receitas e a admissão na bolsa de valores de uma sociedade, permitem esta estimar mais fundo para investir e obter mais lucros. Face ao aumento dos lucros, a diminuição da percentagem de acções, não implica necessariamente a diminuição dos dividendos.

Está nos autos provado que:

- “24. ... os lucros da STDM provêm fundamentalmente da actividade desenvolvida pela SJM através da exploração dos diversos casinos que lhe são licenciados pelo Governo de Macau. (art. 76º do Requerimento inicial)
25. Por conta dos dividendos provenientes do exercício de 2004, a Requerente A recebeu \$66,325,109.50. (art. 83º do Requerimento inicial)
26. lucro da STDM nesse exercício foi de, pelo menos, \$2,957,236,274.76. (art. 84º do Requerimento inicial)
27. Pelo exercício de 2005, o lucro líquido da STDM é de MOP\$3,541,954,066.00. (art. 85º do Requerimento inicial)
28. A interrupção dos projectos e estudos que, com o auxílio de consultores externos têm vindo a ser elaborados desde

momento anterior ao da reunião dos sócios de 31 de Março último, comportaria despesas. (artº 225º da Oposição)”

Com este facto, não só é difícil concluir pela diminuição de lucros nos exercícios de 2005, como também, mesmo com diminuição, não se pode dizer que a mesma deriva da reestruturação da sociedade.

Por outro lado, a previsibilidade de diminuição de lucros ou dano apreciável pela execução da deliberação que determina a reestruturação do capital da sociedade depende mormente o modelo concreto de reestruturação a adoptar, que será o objecto de apreciação no recurso neste Tribunal nº 417/2007 (sobre o pedido de suspensão de deliberação de 25 de Setembro de 2007 que alterou o modelo definido pela deliberação que constitui objecto da presente providência), não teríamos matéria de facto para apreciar os danos apreciáveis que tanto resultaria da execução da deliberação como a condição de não causar mais danos pela suspensão a ordenar.

Pelo que, sem mais delongas, não se verificando este requisito, não é de decretar a providência cautelar ora em questão, mantendo, embora com fundamento diverso, a decisão recorrida e improcedendo o recurso.

6. Recurso subordinado

A requerida impugnou, a título subordinado, a decisão pela nulidade por omissão de pronúncia do pedido de condenação das requerentes pela litigância de má fé.

Sendo certo, a sentença recorrida omitiu-se de pronunciar a questão levantada pela requerida na sua oposição à providência, a condenação das requerentes pela litigância de má fé, incorre precisamente o vício de omissão de pronúncia nos termos do artigo 571º nº 1 al. d) do Código de Processo Civil e nesta parte a sentença deve ser considerada como nula.

Não obstante a nulidade da sentença nesta parte, esta instância pode sempre substituir o Tribunal a quo nos termos do artigo 630º nº 1 do Código de Processo Civil, a apreciar o mérito da causa.

E é manifestamente improcedente este recurso, pois, como consta da matéria de facto que expressamente se consignou:

“Com base dos depoimentos da parte e das testemunhas e da análise dos documentos juntos aos autos, O Tribunal *a quo* consignou por indiciariamente assentes os seguintes factos relevantes para a decisão da causa:

1. ...

...

28. ...

Consideram-se irrelevantes os factos constantes dos artigos 7º, 13º, 14º, 26º, 33º, 42º, 43º e 45º do requerimento inicial.

Os que constam dos outros artigos quer do requerimento inicial quer da oposição ou não ficam provados, ou também são irrelevantes, ou são factos conclusivos ou tratam-se de matéria de direito.”

Quer isto implicar que todos os factos que fundamentam a invocação de litigância de má fé das requerentes não ficaram provados, e por isso, o seu pedido não pode ser procedente.

Improcede assim o recurso subordinado.

Pelo exposto, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em julgar:

- Revogar a decisão contida na sentença recorrida quanto à decisão da inexistência do objecto da presente suspensão;

- Julgar improcedente o recurso, embora com fundamento diverso.

- Julgar improcedente o recurso subordinado da requerida.

Custas do recurso principal pelas requerentes e do subordinado pela requerida.

Macau, aos 29 de Novembro de 2007

Choi Mou Pan

José M. Dias Azedo

Lai Kin Hong

(vencido nos termos da declaração de voto a apresentar)

Processo nº 586/2006
Declaração de voto

Vencido nos seguintes termos:

Acompanho embora o Acórdão antecedente no que diz respeito à questão da inutilidade superveniente invocada pela requerida, à justificação por parte das requerentes da sua qualidade de sócio e à demonstração da ilegalidade da deliberação em causa, assim como à julgada improcedência da invocada litigância de má fé, já não em relação à conclusão de que não há matéria de facto para apreciar os danos apreciáveis.

Ao contrário do que assim entende a maioria do Colectivo, julgo que as requerentes demonstraram efectivamente a verificação desse requisito de que a não suspensão da deliberação em causa na pendência da acção principal é susceptível de causar-lhes danos apreciáveis.

A este propósito, o Tribunal *a quo* considerou indiciariamente provado o seguinte:

Realizou-se no dia 31 de Março de 2006 a reunião ordinária da Assembleia Geral da STDM, da qual se junta a respectiva acta como doc. 4 e respectiva folha de presenças como doc. 5.

A respectiva Ordem de Trabalhos [cfr. doc. 4] consistia em:

"(1) Discussão e deliberação sobre o balanço, a conta de ganhos e perdas, relatório do Conselho de Administração, aplicação de resultados e o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2005.

(2) Discussão e aprovação do modelo de reestruturação do grupo de empresas participadas pela Sociedade, bem como a constituição duma subsidiária da STDM em Hong Kong

para deter directamente as acções da Sociedade de Jogos de Macau, S.A., a fim de esta nova subsidiária ser admitida na bolsa de valores de Hong Kong, tudo sem prejuízo das necessárias autorizações por parte do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, bem como discussão e aprovação de mandato a atribuir ao Conselho de Administração para a execução de quaisquer actos conexos com estas matérias.".

Os accionistas presentes na reunião aprovaram as matérias constantes da ordem de trabalhos.

20. Assim, designadamente no respeitante às matérias do nº 2 da ordem do dia, foi aprovada, na essência, a proposta de perda do domínio da STDM na SJM, nos termos fixados pelas deliberações de 2001, adiante referidas, mediante a criação de uma sociedade em Hong Kong que passará a deter “acções representativas de 90% do capital social da SJM, devendo os remanescentes 10% do mesmo capital ser detidos pelo Administrador Delegado”, e que será listada na Bolsa de Valores de Hong Kong,

Aguardando-se agora pela redacção e pelos resultados do estudo de consultadoria encomendado, além das aprovações das entidades competentes (Governo da RAEM e autoridades da RAEHK).

Mais foi deliberado mandar o Conselho de Administração e, em especial, o seu Administrador Delegado, para praticar todos os actos que se mostrem necessários ou convenientes à efectiva concretização do mencionado modelo de reestruturação, com poderes para implementar quaisquer variantes de reestruturação.

.....

Ora, a deliberação tomada em 31/03/2006, vem criar uma sociedade, em Hong Kong, para substituir inteiramente a sociedade intermédia (STDMI), que é totalmente detida pela STDM,

Com esta factualidade e independentemente do modelo a ser adoptado a final, a STDM não pode deixar de se confrontar com a redução substancial da percentagem da sua participação e consequentemente perda da certa autonomia na condução das actividades da SJM. Pois as acções da SJM passarão a ser detidas, em 90%, por uma nova sociedade subsidiária a criar em Hong Kong, cujas acções em parte, segundo a deliberação em causa, serão cotadas na bolsa de valores em Hong Kong, com vista à angariação de fundos para o desenvolvimento das actividades da SJM, o que implica necessariamente a colocação de uma certa percentagem das acções dessa nova sociedade subsidiária no mercado a ser subscritas por investidores interessados e a consequente e necessária redução substancial da percentagem da participação por parte da STDM nos lucros provenientes da exploração pela SJM dos seus casinos.

Ora, conforme o teor do doc. 9 que se juntou com o requerimento inicial, A SJM foi criada de acordo com a deliberação tomada em 2001 pelo Conselho de Administração da STDM.

Ficou decidido na dita deliberação que *“por voto unânime, foi deliberado constituir uma sociedade anónima, em que a STDM tenha uma participação social de 80% (oitenta por cento), sendo 10% (dez por cento) subscritos pelo Dr. C, também conhecido por C, que figurará como Administrador-Delegado dessa nova sociedade e os restantes 10% (dez por cento) seriam subscritos como “Stock options” reservados ao “management” dos Casinos, com vista a fidelizar os respectivos executivos à STDM, e cada um dos accionistas deverá fazer a entrega de capital correspondente à subscrição”*.

Assim, desde a constituição da SJM, ora titular de uma das licenças para exploração do jogo, a STDM na prática tem vindo a ter o

domínio total dela, quer na condução das suas actividades quer na participação nos lucros obtidos no exercício das suas actividades do jogo.

Interesse pois saber se a execução da deliberação de 2006, em que ficou decidida a reestruturação do grupo das empresas participadas pela STDM, provoca alteração desse *status quo*, susceptível de gerar para as requerentes danos apreciável, a que se refere o artº 326º/1 do CPC.

Ora, o que a lei exige é que da execução da deliberação em causa possa resultar dano apreciável, e não danos irreparáveis nem de difícil reparação – *cf. Alberto Reis, CPC anotado, I, pág. 678*, sendo uma exigência *mais branda* em comparação com a regra geral na matéria de procedimentos cautelares comum definida nos artº 326º/1 do CPC.

Portanto, *in casu*, não se exige a irreversibilidade ou a natureza de difícil reparação desses danos.

Para fundamentar o seu pedido de decretamento da suspensão da deliberação social em causa, as requerentes, ora recorrentes invocaram no seu requerimento inicial os danos, susceptíveis de serem provocados na esfera jurídica da sociedade requerida, que por sua vez reflexamente provocam danos na esfera jurídica das requerentes enquanto sócias da sociedade requerida.

De facto, como vimos *supra*, a implementação do modelo de reestruturação do grupo de empresas participadas pela STDM, nomeadamente a criação de uma nova sociedade subsidiária em Hong Kong que passará a deter acções representativas de 90% do capital social da SJM e que será listada na Bolsa de Valores de Hong Kong, representa para todos os que, sendo anteriormente já accionistas da STDM, continuam a ser accionistas da STDM e apenas nessa qualidade podem participar nos dividendos, um significativo dano que consiste na redução da percentagem da sua participação dos dividendos provenientes da exploração das actividades do jogo pela SJM.

Dano esse que, na minha óptica, se não for irreparável ou de difícil reparação, já é passível de qualificado como apreciável, uma vez que com a diminuição da percentagem (varia conforme a percentagem das acções da nova sociedade colocadas no mercado através da Bolsa de Valores de Hong Kong, mas atendendo ao fim da listagem dessa sociedade certamente não será uma percentagem insignificante) do domínio dos seus casinos, por parte da STDM, quer na condução das actividades do jogo quer na participação nos seus dividendos, os accionistas da STDM passarão receber anualmente uma menor porção dos dividendos provenientes das actividades do jogo exploradas pela SJM.

E tal dano tornar-se-á efectivo com a previsível demora da tramitação normal da acção principal de anulação de deliberação social a que os presentes de providência cautelar correm por apenso, se entretanto a deliberação social em causa tiver sido posta em execução.

Finalmente, se é certo que com a listagem da nova sociedade, que detem 90% do capital da SJM na Bolsa de Valores de Hong Kong e a angariação de mais fundos com vista ao maior investimento e desenvolvimento das actividades da SJM, a diminuição da participação da STDM nos dividendos provenientes do jogo poderá ser neutralizada pela obtenção de maiores lucros derivados na sequência da maior investimento, não é menos verdade que se trata de uma expectativa, exposta ao risco do mercado e a inúmeras incertezas no mundo comercial.

Assim não vale esse argumento para invalidar o que ficou dito *supra*.

Eis as razões que me levaram a não acompanhar o Acórdão nessa parte e a entender que deve ser revogada a sentença recorrida e ordenada a suspensão da execução da deliberação social em causa.

RAEM, 04JAN2008

O juiz

Lai Kin Hong